

AUTONOMIA CURRICULAR: TEMPO DE MUDANÇA NA EDUCAÇÃO NACIONAL

Luiz Carlos da Silva Costa;

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) - carlosenjel@hotmail.com

Fernanda Maria Sousa Martins;

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) - nnanda_cg@hotmail.com

Maria Francielle Costa Pessoa

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) - francielleuepbsol@gmail.com

RESUMO: As considerações presentes neste artigo foram delineadas a partir de pesquisa de literatura de dados bibliográficos, para a formação de um discurso que esteja voltado à problemática que envolve o currículo na educação pública do nosso país no processo histórico, as políticas curriculares em nosso país. Procurou-se desenvolver um diálogo sobre a busca da autonomia curricular das instituições de ensino público no primado da elaboração de um currículo que vise ser combatível com a realidade local de seus educando, mediante as tensões na relação teoria-prática. Trata-se de um resumo que procura verificar o movimento das políticas curriculares no universo educacional, discutindo e avaliando as suas mudanças e as propostas a nível nacional. Temos também como finalidade discutir um pouco sobre a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) na perspectiva curricular. Busca-se esclarecer a importância da autonomia curricular nas escolas, e da ação docente no sentido de tornar o ensino livre de amarras e de dominação. Diante disso, a organização deste trabalho busca nos aportes teóricos, o real sentido do currículo e seu papel formador no processo de desenvolvimento da educação. Neste sentido, este trabalho tem como fonte obras de autores como Silva (2004), Moreira (2012), Libâneo (1994) que estão intimamente ligados ao tema relacionado ao currículo. No entanto, podemos afirmar que através deste artigo, podemos enxergar o real sentido do currículo e seu conceito fundante na educação e o que se reproduz através dele, buscando esclarecer através de um diálogo, meios que torne a prática educativa mais eficaz e cidadã.

Palavras-chave: autonomia curricular, gestão educacional, projeto político-pedagógico.

INTRODUÇÃO

Este trabalho objetiva mostrar dentro do enfoque discursivo, as implicações relacionadas à teoria e a prática no campo do currículo, bem como mostrar o transcurso da política de implementação a exemplo da Base Nacional Comum, e a autonomia curricular atrelada aos modelos de gestão do conhecimento. Entretanto, nos inquietamos na tentativa de compreender as propostas e aplicação que envolve o Projeto Político Pedagógico (PPP) na educação básica e superior, dentro do universo dos professores e alunos, delineando e apontando os principais reflexos que se apresenta na sala de aula, que tem a cultura como pano de fundo. Mostrar também a importância do planejamento e criação do PPP para a organização das ações da escola, bem como o processo contínuo

de transformações de sua realidade, que muitas vezes passam despercebidos por gestores, técnicos e docentes. É nesta perspectiva que discutiremos e buscaremos entender e identificar como se dar a socialização dos saberes propostos pelo currículo. Entender a sua adequação à realidade social, seu aperfeiçoamento e redirecionamento a fim de subsidiar o gerenciamento de conteúdos no âmbito da melhoria da qualidade de ensino/aprendizagem. Em outro enfoque, temos como propósito, trabalhar as questões voltadas ao modelo de gestão do conhecimento nas escolas, identificando deficiências a serem superadas e acertos a serem expandidos, apontando meios necessários na criação de novos espaços escolares, na mediação não só do conhecimento, mas, na interação sociedade e escola, no sentido de propiciar uma educação inclusiva de igualdade de oportunidades e acesso democrático à escola. Neste sentido, serão tratadas as questões que abarcam o campo do currículo e a gestão do conhecimento, considerados como principais pilares que configuram a construção do humano a nível pessoal e coletivo.

A importância do currículo no contexto histórico/educacional

Antes de darmos início ao nosso discurso, vale ressaltar introdutoriamente, a trajetória do campo do currículo, suas origens e desenvolvimento para entendermos as circunstâncias e o contexto atual, resgatando-o como um campo de produção do conhecimento em nosso país. Os principais marcos teóricos do currículo no âmbito histórico, político e social datam do século XX, nos anos de 1920 a 1930, partindo do pressuposto de que se deveria alfabetizar os trabalhadores em um cenário de uma incipiente indústria organizada. Enquanto teoria, no sentido epistêmico, o currículo se apresenta como principal ferramenta modeladora da educação, a começar a partir das ideias da Educação Nova através dos pioneiros da educação, seguida pelas propostas tecnicistas, e progressistas do pensamento de Dewey. Sem contar da dicotomização da educação em duas vertentes, a elementar voltada para classe elitista, e a secundária correspondente à classe trabalhadora, que visava à divisão entre trabalho manual e intelectual. As transformações no campo do currículo se estenderam até o golpe militar de 1964, sendo que logo em seguida foi legitimado, pois, “as discussões sobre currículo espalharam-se e a disciplina currículos e programas foi introduzida em nossos cursos superiores” (MOREIRA, 2012, p. 83). A partir daí podemos notar neste percurso, fortes influências e contribuições de autores como, Young (1971); Althusser (1970); Apple (1979); Passeron (1970);

Freire (1970) e outros teóricos.

O currículo foi entendido como o intermediário entre a escola e a sociedade, centrado nas disciplinas, projetos e atividades, e por este viés desenvolvendo na criança as habilidades de observar, pensar, julgar, criar, decidir e agir, além de visar também o crescimento social, moral, emocional e físico dos alunos. Por tal importância, entendemos o porquê do currículo ser considerado pelos especialistas um campo de luta, de disputa, de legitimação da educação enquanto ato político, e portador da nossa herança cultural. Não podemos aqui elencar todos os seus significados, mas afirmar que corrobora para a reprodução de ideologias. “Currículo é visto como parte de um processo educativo que dura por toda a vida. Nesse processo, as experiências passadas afetam o presente, são transformadas e afetam o futuro” (MOREIRA, 2012, p. 93).

As políticas curriculares

As concepções teóricas curriculares parte da premissa de que se deve constantemente atender as tendências pedagógicas contemporâneas que engloba a educação, na forma distinta de relacionar a teoria com a prática, e as instituições de ensino com a sociedade. A preocupação com os fatores sociais e políticos do conhecimento educacional organizado, tem levado a muitos a identificar os valores e habilidades verdadeiros e legítimos para nossa época, verificando de que forma essa validade se dar numa sociedade que vive um processo contínuo de transformações. E para acompanhar essas transformações o currículo oficial da rede de ensino sofre constantes mudanças, como exemplo mais recente podemos citar a inclusão da obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nas escolas, sancionada pela Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Por esse motivo devemos entender as relações de poder que tem o currículo e no que ele está fundamentado, de que forma ele se apresenta para as escolas, quais são seus objetivos e perspectivas para futuro. Para efeito de entendimento, devemos lembrar que o currículo está ancorado epistemologicamente nas Teorias Tradicionais, Teorias Críticas e Pós-Críticas. Sendo que, as Teorias Tradicionais trabalham os conhecimentos em metodologia, organização, planejamento, eficiência, objetivo, didática, ensino, aprendizagem, avaliação. As Teorias Críticas abordam as questões de poder, classe social, capitalismo, relações sócias de produção, emancipação e libertação, reprodução cultural e social, ideologia, conscientização, currículo oculto, resistência. Nas Teorias Pós-

Crítica prioriza-se os conceitos de subjetividade, saber-poder, cultura, raça, etnia, gênero, representação, sexualidade, alteridade, multiculturalismo, identidade, alteridade e outros. Portanto, “[...] uma forma útil de distinguirmos as diferentes teorias do currículo é através do exame dos diferentes conceitos que elas empregam” (SILVA, 2004, p. 17).

Podemos afirmar que o currículo é um agente modelador, que se reflete nas nossas ações e pensamento dentro da realidade em que vivemos, dando ênfase às experiências na dimensão histórica. Não podemos negar que legitima nossa identidade nacional, e reproduz nossa cultura como propunha Bobbit no século XX. É também gerador das tendências pedagógicas, que se divide em dois grandes grupos, o de cunho liberal (pedagogia tradicional) e o de cunho progressista (pedagogia libertadora). Só nos é permitido enxergar e analisar o processo de formação do homem e da sociedade nesta ótica, nos interesses ideológicos, políticos e sociais que estas tendências trazem. Mais como podemos ter certeza de que o currículo hoje estabelecido está atingido seus objetivos? Apesar de seus objetivos estarem claramente definidos e seus conteúdos ajustados, ha uma preocupação em como capacitar o professor para planejar as etapas do ensino, e um direcionamento das matérias a serem aprendidas pelos alunos, que muitas vezes apresentam-se incapazes de absorver os conteúdos propostos. Dentro das ações educacionais não há um órgão a não ser o MEC que acompanhe a sua eficácia a nível nacional e regional. Diante deste impasse, podemos dizer que, “[...] o importante não é desenvolver técnicas de como fazer o currículo, mas desenvolver conceitos que nos permitam compreender o que o currículo faz” (SILVA, 2004, p. 30). Seria necessário, porém, fomentar e promover sensibilização para compreender o conjunto, promover diagnóstico e avaliação interna. Coleta de dados na tomada de ações de reorganização curricular a nível escolar para que o trabalho se caracterize dentro de suas competências, havendo assim, uma preocupação constante com um bom planejamento de ensino, mantendo a qualidade da educação de acordo com patamares e padrões pré-estabelecidos.

Teoria e prática do currículo nas instituições de ensino de acordo com os modelos de gestão educacional

A níveis educacionais, a relação teoria e prática, sempre acompanhou longos debates, isso porque enquanto processo, em sua totalidade é raro a eficiência de suas ações, sendo possível apenas quando acompanhada de grandes mudanças curriculares. Para efeito

didático podemos citar como bons exemplos, a nível internacional, a Escola da Ponte de Portugal, citada nos discursos do educador Rubem Alves, e a nível nacional o currículo da rede de ensino de educação infantil da cidade de Maringá-PR. Para um melhor entendimento desta última, cabe aqui descrever alguns pressupostos desta ideia pioneira que deu certo. Ela foi criada entre 2006 a 2008 para atender a quarenta e nove escolas do município, correspondendo à soma de estudos de vários anos, e teve como idealizadores, professores, gestores, técnicos da rede em parceria com a Secretaria de Educação de Maringá, no qual foi lançado o desafio de analisar as Diretrizes Curriculares do Estado e a elaboração do Currículo Básico do Estado com base nos estudos do ensino infantil e fundamental.

Assim como foi feito em Maringá, cabem também as demais escolas do país adotarem a ideia, gestores, técnicos, corpo docente e os demais envolvidos, minimizando a distância entre o que será trabalhado em sala de aula e o que será vivido na prática pelos alunos, pois independente da abordagem que seja feita pelos professores, os conteúdos que serão passados para os alunos é produto e ferramenta de emancipação destes, dentro da práxis docente, não se restringindo apenas a forma verbalista. Na prática de ensino, segundo Libâneo (1994, p. 66), “[...] o professor incentiva, orienta, organiza as situações de aprendizagem, adequando-as às capacidades e características individuais dos alunos”. Esta visão norteia o pensamento de muitos especialistas, que embora elaborem o currículo de uma forma mais laboriosa e calcado em parâmetros padronizados, visando atingir o maior número de alunos, sabendo-se que muitas vezes é preciso adaptá-lo a realidade local e regional. Uma vez que os Livros Didáticos tratam de conteúdos que não condizem com o contexto em que os alunos estão inseridos, levando as escolas muitas vezes, a definirem o que poderão ser aplicando no decorrer do ano letivo. Dentro desse pensamento, na escola contemporânea se faz necessário repensar de que formas poderão gerenciar estes conteúdos e suas propostas, quais as técnicas de aplicação, a didática, os métodos de ensino, suas ações e perspectivas, para poder subsidiar o conhecimento a ser produzido e reproduzido. Um local onde o índice de violência é alto deve-se trabalhar conteúdos que tragam abordagens nessa perspectiva, da mesma forma se dará nas comunidades quilombolas, ribeirinhos, indígenas dentro de suas necessidades.

Na prática o aluno é o elemento primordial do processo, a escola ao gerenciar o currículo e seus conteúdos, deverá criar possibilidades de aproximação cada vez maior do locus de conhecimento para que ele cada vez desenvolva saberes.

Contribuindo, entretanto, para formação do seu caráter e autocontrole pessoal, além das responsabilidades sociais. Porém, a escola terá que advogar seus interesses e suas necessidades individuais, fomentando sua participação, porque é sabido que eles portam o que chamamos de currículo oculto, muito usado por eles para leitura de mundo.

Vemos que a instrumentalização do ensino invalida seus resultados, objetivando apenas metas abstratas, sobre o argumento de adquiri-las mesmos em contextos incertos, causando fraturas na educação. Giroux (1988, p. 9) corrobora com essa assertiva quando aponta que

A pedagogia, assim, é reduzida à implementação de taxionomias que subordinam o conhecimento a formas de reificação metodológica, enquanto as teorias de ensino tornam-se cada vez mais técnicas e padronizadas, no interesse da eficiência, do gerenciamento e do controle de formas limitadas de conhecimento.

O gerenciamento do currículo e seus conteúdos pela escola são primordiais para evitar tal afirmação. Porém, deve o professor também preocupar-se com os temas transversais que surgem nas aulas, as necessidades de se trabalhar atualidades, temas que atraiam os alunos dentro de seu contexto e outros conteúdos que seja do interesse de todos. Saber que para se estabelecer vínculos entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios dos alunos, é preciso determinar que interesses, comportamento, motivações, habilidade e domínio eles têm. É responsabilidade dos professores trabalharem atividades extracurriculares, desenvolvendo o pensamento crítico dos alunos, fazendo com que eles não se restrinjam apenas aos conteúdos propostos pelo currículo, tratando-os como meros receptores de informações, mas propiciar uma postura de participação em sua trajetória, usando a sala de aula como espaço de transformação não só de alunos, mas também de professores. Em relação à teoria atrelada à prática, deve-se estabelecer uma interação em um maior grau entre o professor e o aluno, destacando assim, os aspectos fundamentais dos conteúdos oferecidos, relacionando com o que já conhecem. Já que a própria dinâmica da aula e a complexidade dos processos de ensino/aprendizagem obrigam a dispor de um leque de conteúdos, e um amplo roteiro de atividades que ajudem a resolver os diferentes problemas que a prática educativa coloca.

Autonomia curricular na educação pública

Falar de autonomia curricular é lembrar que não devemos limitar os sujeitos aos conhecimentos apenas dos livros didáticos, mas trabalhar também conteúdos exteriores a eles, ultrapassando as relações de interações na sala de aula, conduzindo os alunos que sabem, a ensinar os que não sabem. No percurso educativo há uma falta de se trabalhar mais a ética, a alteridade e as relações afetivas entre os alunos, através da organização dos conteúdos da educação básica a superior. Ajudar o aluno a caminhar com suas próprias concepções de mundo, a pensar sobre quem ele é e sobre seus deveres e suas responsabilidades. Hoje eles são frequentemente treinados para cumprir técnicas, dominar as disciplinas de maneira passivas sem provocar sua criticidade. Por outro lado, na elaboração do currículo nacional, mesmo as escolas das regiões sendo convidadas a participar do gerenciamento dos conteúdos pouco se vê contido no currículo suas características, mantendo pelo que se vê, uma relação esporádica entre currículo nacional e escolar. Isso mostra, no entanto que, os professores os quais conhecem mais de perto a realidade escolar, foram sendo distanciados do planejamento da base curricular, tirando-se cada vez mais a sua influência nas decisões que dizem respeito às questões sobre o conhecimento, o ensino e a formação.

É preciso que a escola tome a iniciativa continuamente de assistir e atender cada vez melhor seus alunos, elaborando de forma autônoma um currículo que vise sempre às necessidades de seus alunos, elaborando seu PPP, seu plano de ensino, com a participação efetiva de todos, no acompanhamento, orientação, e apoio, para que se sintam motivados a continuar nos seus estudos. Sabemos que o indivíduo se faz no coletivo em meio à diversidade, se descobrindo e se apoiando em seus conhecimentos de mundo, sendo moldado pela escola. Por este motivo a escola assume o currículo dando mais sentido e objetivos, orientando, criando forma e se estruturando para tentar atender de forma mais possível seus questionamentos. Em certa entrevista Tomas Tadeu da Silva afirma que o campo da teoria curricular passava por uma relativa estagnação, há muita repetição e pouca criação de seus objetivos, principalmente nos distintos espaços acadêmicos onde os estudos de currículo eram para se desenvolver. E nas instituições de ensino superior, Giroux (1988, p.14) vai dizer que “a ênfase do currículo de formação do professor está em descobrir o que funciona” e pouco se discute sobre sua autonomia curricular.

Podemos afirmar que é preciso pensar o currículo a partir de cada instituição de ensino como documento de identidade, muda-lo e refazê-lo a fim de atender a todos, respeitando as diferenças dos alunos tanto na educação básica

como na superior, nos cursos de formação, não se prendendo aos aparelhos ideológicos (Estado, religião, mídia etc.). Só podemos compreendê-lo e transformá-lo se fizermos perguntas fundamentais sobre suas conexões com relação a seu poder transformador. Não basta apenas ensinar a ler e a escrever, mais propiciar acesso a diferentes aprendizagens e estudos aos educandos, democratizando da melhor maneira o conhecimento gerenciado pelas escolas, em espaços cada vez mais autônomos. Nessa sociedade cresce cada vez mais a reivindicação por mais participação e autonomia, contra toda forma de uniformização e controle. O currículo, portanto, tem que assumir o ponto central do projeto pedagógico da escola, aliado ao projeto político-pedagógico garantindo a autonomia e a gestão democrática da escola, processo que se dar de forma interdisciplinar e dialógico.

A importância da formulação do Projeto Político Pedagógico (PPP) no Ensino Fundamental I

Com o advento da indústria tecnológica e cultural, o domínio do Estado em relação aos aspectos da vida cotidiana, e o poder concentrado nas mãos de grupos cada vez mais seletos, foram-se perdendo espaço e destaque as instituições de ensino, quer através de sindicatos ou comitês, em que indivíduos e grupos reivindicavam seus direitos no que se refere à vida individual e social. Infelizmente o ambiente acadêmico tem sido hoje, recinto de lutas e divergência de ordens e poder, um divisor de água, que separa o controle posto pela gestão educacional do estado versus autonomia almejada pelos administradores para combater a burocratização do ensino. O PPP, no entanto para essas instituições de ensino tanto básica como superior, tornou-se instrumento de legitimação de sua autonomia, por portar traços particulares que pertence apenas a ela, por registrar sua realidade no contexto educacional na busca de objetivos e melhorias. Este documento que terá respaldo na orientação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) Lei nº 9.394/96, e nos parâmetros curriculares nacionais (PCN's), bem como nas diretrizes do Conselho Municipal de Educação (CME). Objetiva o desenvolvimento e desempenho das ações educativas envolvendo seus educando e favorecer para sua formação mediante um processo educativo dinâmico e de qualidade garantido por leis. Os centros acadêmicos de formação por sua vez, se propõe a desenvolver nos seus alunos as habilidades, a criatividade, a cidadania, visando à profissionalização, o bem estar social e o seu desenvolvimento integral, preocupando-se não só com o ensino, mais também com a

pesquisa e extensão. Diante disso, o PPP deverá oportunizar o currículo trabalhar: a conscientização dos estudantes de que eles são responsáveis por si e por seu projeto pessoal através do cumprimento dos seus deveres de estudante, delegar responsabilidades, ações e descentralizar funções para que todos participem, incentivando a prática de atividades físicas, esportivas, recreativas e de lazer, criar projetos inovadores que proporcionem maior sucesso de aprendizagem e rendimento escolar, desenvolver mecanismos de controle e acompanhamento das ações administrativas e pedagógicas.

Gestão educacional na contemporaneidade

Devemos suscitar também no nosso discurso não só o que tange ao currículo escolar, sua autonomia, suas políticas de implementação, seleção de conteúdo, sua teoria e prática, sua interculturalidade, a elaboração do PPP no ensino básico e superior, suas dimensões locais, a igualdade de oportunidade e acesso democrático, mas também discorrer sobre a gestão educacional na construção de uma escola mais cidadã. Isso porque “[...] a administração e a organização das escolas públicas foram crescentemente submetidas à influência de ideologias instrumentais, a serviço de interesses corporativos capitalistas” (GIROUX, 1988, p. 10). O papel que se atribui a gestão é de não se limitar a apenas resolver problemas recorrentes do cotidiano escolar. Tem como fator principal superar as barreiras que nelas se encontra e construir com possibilidades de melhorias no campo de atuação dos professores e no processo de formação dos educandos. A gestão educacional deve partir do pressuposto de que cada instituição de ensino quer seja de educação básica ou superior, vive um contexto diferenciado na busca de seus objetivos, existindo, entretanto, realidades diferentes entre elas. A partir desta observação, os elaboradores das teorias educacionais e seus envolvidos, pelo viés da gestão, deveriam “me permita à expressão” se preocupar menos com os parâmetros nacionais, e trabalhar mais a gestão contextualizando-a para atender as dimensões locais. O porquê desta preocupação está ligada intimamente na questão de que nem toda instituição de ensino tem a mesma concepção de aluno, copo docente, ensino-aprendizagem, produção e reprodução de conhecimentos.

O gerenciamento das atividades educacionais tem-se deparado com mudanças rápidas advindas da globalização em um modelo de sociedade cada vez mais imediatista, e se mostrado lento em acompanhá-la. Contudo, nesta

circunstância, fica a critério do estado oferecer mais recursos e autonomia para as instituições de ensino, para que estas promovam mudanças neste sentido, e de trabalhar suas ações a fim de melhorar a qualidade. Quanto às instituições de ensino, seria viável melhorar a titulação do seu corpo docente, oferecer subsídios para formação continuada, obtenção e atualização dos recursos tecnológicos, acessibilidade, infraestrutura e segurança. Nelas, deve-se continuar elegendo-se de forma democrática em eleições diretas, reitores e gestores para que se efetue na prática uma boa administração, com gestão transparente e participação efetiva de toda comunidade escolar. Não podemos passar despercebidos no que se refere também ao gerenciamento de pessoas na política da interação escolar e sociedade, professor e aluno, deve ser aprimorado no sentido de propiciar melhorias no ensino, fazendo com que a escola seja mais convidativa e participativa.

A gestão educacional tanto a nível nacional quanto local, como já fora dito anteriormente, tem que enxergar que não basta apenas oferecer acesso a escola, tem que oferecer condições para que seus educandos permaneçam nela. No contexto em que estão inseridos, nossos alunos hoje, enfrenta barreiras na hora de dar continuidades ao seu percurso no que se refere a sua formação. Para o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP) essa defasagem é maior ainda no ensino fundamental. E os principais fatores estão: necessidade de trabalhar ou excesso dele, condições precárias de vida, gravidez, falta de interesse, violência, drogas, falta de flexibilidade dos horários e outros fatores. Quanto aos professores, cabe oferecer ajuda aos alunos, para que os mesmos possam atingir seus objetivos e superar seus limites, oferecer mais recursos de ensino, dar apoio moral, contribuir de forma sólida no seu processo de formação, oferecer condições de autoavaliação e construção de sua autoimagem. Embora vivamos sobre influência externas de modelos de educação altamente elaborados, e sobre sanções e metas a serem alcançadas como as do relatório Delores, UNESCO, Banco Mundial e outros órgãos internacionais, não podemos ser demasiadamente ausente quanto a essas responsabilidades postas a educação brasileira, onde todos, e não só aqueles que participa de seu gerenciamento, deve contribuir para que cada vez mais possamos trabalhar numa mesma consciência, “a de servi o que ar de melhor para nossa sociedade, independente das limitações”. Estas questões discutidas aqui dizem respeito ao papel da esfera pública e a função política dos intelectuais enquanto gestores, como figura central de transformação através das diretrizes estabelecidas pela pedagogia gerencial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos neste trabalho, precisamos de uma educação cujos padrões e objetivos a serem alcançados sejam determinados no currículo através da construção de sua autonomia, em conformidade com metas e visão estabelecidas pela gestão dos seus conteúdos nas instituições de ensino, de forma a ampliar as capacidades humanas e possibilidades sociais. Levando em consideração os obstáculos enfrentados pelos professores como intelectuais transformadores no processo educacional dos indivíduos, e as múltiplas falhas e discordância acerca do currículo escolar. Compreender por que as coisas são como são e como vieram a se tornar assim, a fim de mudá-las.

Devemos não só acompanhar as políticas de implementações do currículo, no ato político, participar ativamente de suas mudanças enquanto processo, ratificando sua aproximação com a realidade concreta na vida cotidiana como base para se levantar questões de teoria e prática. Fazer do projeto político pedagógico, ferramenta de autonomia das instituições de ensino básico e superior e emancipação das ações de seus educandos. De contra partida, os professores precisam encontrar meios através dos conteúdos de criar espaços para um mútuo engajamento das diferenças vividas, que não exija o silenciar de uma multiplicidade de vozes por um único discurso proposto apenas no currículo nacional. Quanto às múltiplas possibilidades que se apresenta a gestão educacional, ela deve servir de ferramenta de transformação da realidade das instituições de ensino, promover a mediação entre conhecimento, escola, aluno, sociedade, aproximando cada vez mais a teoria da prática.

Já o projeto pedagógico deve contemplar tanto no ensino básico como superior um currículo para as redes de ensino planejado a nível local, com disciplinas, atividades e cargas horárias flexíveis, com ementas e programas das disciplinas, planos de ensino para os professores, e espaço para os alunos participarem de sua mudança. Temos que ter em mente e enxergar que educar é um trabalho coletivo, e não só dos especialistas que na maioria das vezes não conhece a realidade cotidiana da sala de aula. Contudo, devemos continuar lutando por mais autonomia política e curricular, nos posicionar oferecendo resistência ao modelo de instituição burocratizada. Criando desta forma, uma escolar mais cidadã, preocupada com os rumos da sociedade e o futuro de seus educandos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GIROUX, Henry. **A escola crítica e a política cultural**. São Paulo: Cortez, 1988.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **O Campo do Currículo no Brasil – Origens e desenvolvimento inicial**. In: Currículos e programas no Brasil. 18 ed. São Paulo: Papirus, 2012, pp. 81-130.

SILVA, Tomas Tadeu da. **Documento de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.